



VIVER EM ÁREAS DE RISCO

LEITURAS DE MUNDO FEITAS POR CAROLINA MARIA DE JESUS E FRANZ FANON

Cristiano Araújo Soares¹

Victor Dantas Santana²

RESUMO

A compreensão e análise do espaço geográfico a partir da visão sistêmica aproximam o pesquisador da apreensão da totalidade e do processo de totalização em seu objeto de análise. Assim, o pensamento teórico holístico e o método que apresentam Santos (2006), Capra (2006), Spink (2018), Beck (2011), entre outros, que abarcam o caráter complexo da ciência geográfica e também a compreensão do risco na modernidade, revelando nuances que passam despercebidas por métodos cartesianos. Com essa análise da violência e do risco coletivo, a partir dos grupos sociais vulneráveis e a latência do perigo, reforçados pela perspectiva colonial de domínio, fez-se uma análise crítica das relações que se estabelecem a partir e no espaço geográfico, especialmente no lugar. Partimos de Carolina Maria de Jesus e de Franz Fanon para realizarmos nossa crítica e contribuição ao estudo das áreas de risco, entendendo que tais estudos devem partir das vivências de quem está no lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas de Riscos; Vulnerabilidades; Espaço Geográfico; Colonialismo; Violência.

ABSTRACT

Understanding and analyzing the geographical space from a systemic perspective brings the researcher closer to grasping the totality and the process of totalization within their object of analysis. Thus, the holistic theoretical thought and method presented by Santos (2006), Capra (2006), Spink (2018), Beck (2011), among others, which encompass the complex nature of geographical science and also the understanding of risk in modernity, revealing nuances that go unnoticed by cartesian

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO-UFU). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: cristianoaraujoprofessor@gmail.com

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO-UFU). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Email: victordsantana12@gmail.com

methods. With this analysis of violence and collective risk, based on vulnerable social groups and the latency of danger, reinforced by the colonial perspective of domination, a critical analysis of the relationships established within and through geographical space, especially in place, was conducted. We draw from Carolina Maria de Jesus and Franz Fanon to carry out our critique and contribution to the study of risk areas, understanding that such studies should stem from the experiences of those in place. magna, auctor et, sagittis ac, posuere eu, lectus. Nam mattis, felis ut adipiscing.

KEYWORDS: Risk Areas; Vulnerabilities; Geographical Space; Colonialism; Violence.

INTRODUÇÃO

Milton Santos (2006) define o espaço geográfico como o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Nesse sentido, o espaço geográfico passa a ser visto como uma totalidade, complexa e coerente, em constante movimento, num processo ininterrupto de vir a ser. Um dos fundamentos apontados pelo autor para que os estudos geográficos se aproximem da apreensão da totalidade e do processo de totalização em seu objeto de análise é o de que não se deve reduzir a atividade de pesquisa às partes do sistema, mas compreendê-las sob o signo da totalidade, abarcando os processos e as dinâmicas reveladas pela compreensão do todo.

Nesse sentido, Fritjof Capra (2006) fornece auxílio teórico para reforçar o argumento central do pensamento holístico, como o de Santos (2006), de que o todo é maior do que a mera soma das partes. Ambos os autores promovem um salto teórico qualitativo em relação ao pensamento mecanicista paradigmático. O método que apresentam atende bem ao caráter complexo da ciência geográfica, pois permite abordar a realidade sob a égide da totalidade e de seu movimento constante, revelando nuances que passam despercebidas por métodos cartesianos.

No estudo da geografia dos riscos, compreender a totalidade que envolve as partes é essencial. Principalmente no mundo globalizado, mas já anteriormente, as atividades humanas têm gerado impacto em diversas escalas: interesses externos a um país, por exemplo, acabam por impactar o espaço vivido por seus cidadãos, em escala local.

E uma vez que o risco se dá em relação aos objetos e sujeitos que são subjetivamente valorados, compreender a geografia dos riscos passa por abarcar também as vivências que se dão na escala do lugar, onde a vida se realiza. O contexto histórico e espacial no qual se formaram e se inserem as áreas de risco, deve ser confrontado com a realidade vivida no presente pelas pessoas que compartilham tais lugares.

Nesse sentido, a ciência e os pesquisadores devem levar em consideração a percepção de quem vive o risco. Para tanto, retornamos à Carolina Maria de Jesus e Frantz Fanon, intelectuais e escritores que compartilharam sua percepção das áreas de risco em que viveram. Uma vez que a percepção do risco depende de valores subjetivos individuais e coletivos, os autores mencionados revelam aspectos da realidade que podem aparecer nos estudos atuais sobre o viver em áreas de risco.

DESENVOLVIMENTO

O pensamento sistêmico e o espaço geográfico

Compreender o espaço geográfico em seus diferentes recortes e escalas e o movimento constante que permeia as relações que nele se processam são fundamentais para uma geografia que busca desvelar o mundo que se apresenta e, principalmente, alterá-lo. E não há sistema vivo mais complexo do que o espaço geográfico.

Nesse sentido, Fritjof Capra (2006) em sua obra “A teia da vida” traz uma abordagem que perpassa por diversas áreas do conhecimento, em diversas épocas nas quais se contextualiza ao avanço científico e metodológico na perspectiva de se estudar a existência, os seres vivos, os processos nos quais estão inseridos, e suas compreensões. O autor estabelece relações e diálogos com diversas áreas do conhecimento a fim de provocar a crítica e também o debate, de que há várias formas de conhecimento e de diversas naturezas que ao se relacionarem podem convergir umas nas outras, e também refutaram aquilo que se afirmar como justificativa para determinado conhecimento científico seja ele em quaisquer áreas do conhecimento.

Capra (2006) procura indicar uma dicotomia que permeia a epistemologia científica e filosófica. Tal dicotomia é bem representada pelas cosmovisões mecanicistas e sistêmicas. O autor retorna à Galileu Galilei, no século XVI, para dar início à sua discussão e a finaliza no século XX, com os conceitos mais avançados da física quântica e da ecologia. Toda a revisão histórica é enriquecida à luz dos mais distintos filósofos gregos. Em linhas gerais, ele indica os fundamentos e os limites do mecanicismo, enquanto revela ao leitor os fundamentos e possibilidades que o pensamento sistêmico oferece ao saber científico.

Capra (2006) define o conceito de sistema como: “um todo integrado cujas propriedades essenciais surgem das relações entre suas partes”, sendo então o pensamento sistêmico “a compreensão de um fenômeno dentro do contexto de um todo maior” (Capra, 2006, p.30). Ao estabelecer os critérios que fundamentam o pensamento sistêmico, o autor afirma que o critério mais geral é: mudar o foco das partes para o todo, uma vez que os sistemas vivos são totalidades integradas, cujas propriedades não se reduzem às partes menores. Pois, para além disso, ao se dissecar um sistema, destrói-se suas propriedades sistêmicas.

Pensar em níveis sistêmicos é outro critério estabelecido pelo autor para que desenvolva um pensamento sistêmico, uma vez que existem sistemas dentro de outros

sistemas, em níveis inferiores e superiores, cada qual com diferentes propriedades verificáveis. Os sistemas são multiescalares.

Além disso, o fundamental para o critério significativo do pensamento sistêmico é a compreensão de que as relações entre os objetos revelam mais do que os próprios objetos. E nesse sentido, os processos e os fluxos que se estabelecem possibilitam pensar o mundo em forma de redes.

Para além de outros critérios levantados, como a inclusão da epistemologia na descrição dos fenômenos naturais, Capra (2006) ressalta que o pensamento sistêmico é, então, um pensamento processo (tendo em vista os processos dinâmicos que ocorrem com e entre os objetos) e um pensamento contextual (tendo em vista a gama de relações que permeiam os objetos).

Com base em Capra (2006), parece-nos que o pensamento sistêmico é mais adequado à ciência geográfica, frente ao pensamento mecanicista, se não for ele mesmo a base da geografia no século XXI. A tentativa de abarcar o todo; as perspectivas que consideram diversas escalas; a noção de movimento - ou de processo; o foco nas análises contextuais para se desvendar propriedades próprias do todo do objeto de estudo; e até mesmo o ato de desvelar a epistemologia presente na condução dos estudos, são critérios fundamentais para se produzir um saber geográfico para além dos limites positivistas que essa ciência assumiu em suas origens europeias.

Dentro da geografia há a possibilidade de se aproximar das áreas de risco enquanto objeto de estudo. Dada as complexidades próprias da questão associada às áreas de risco, o pensamento sistêmico fornece um método para se estudar tais questões a nível acadêmico. E assim compreender o espaço geográfico e a sua complexidade.

Para se compreender o risco na modernidade

Para entendermos o que é risco e consequentemente o que é área de risco fazemos uma análise a partir da obra Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade, de Ulrich Beck (2011), em sua primeira parte, encontramos discussões respeito de tendências evolutivas em campos centrais da práxis social, a discussão se constrói a partir da compreensão histórico-social, para enfim adentrar nos conceitos e da estruturação da sociedade industrial e suas diversidades. Encontramos duas tendências: uma que abarca de forma interpretativa e reflexiva a sociedade industrial a partir das rupturas como por exemplo da produção de riqueza e produção de risco.

Ou seja, a lógica da produção de riqueza prevalece sobre a lógica da produção de risco. Outra forma de análise é observar que o acúmulo do poder, fundamentado no avanço tecnológico é cada vez mais invisibilizado diante da produção de risco.

Nesse sentido, o autor define “Sociedade de risco” com um termo usado para explicar a forma pela qual a sociedade moderna se comporta diante da situação de risco, como isso Beck (1986) elenca as origens e as consequências da destruição ambiental que se evidencia da sociedade moderna.

Vivendo na Alemanha Ocidental, logo ao lado do mundo socialista, Beck (2011) escreve sua obra após o evento trágico de Chernobyl, em meio à tensão nuclear da Guerra Fria, expondo seus medos e esperanças, postulando o ulterior, mas já anunciado, fim da sociedade de classes e o início da sociedade de risco. É em meio a estas incertezas que é elaborada sua obra.

O sociólogo defende a existência e a necessidade de uma transição da sociedade industrial de classes para uma sociedade de riscos, onde não impera mais a lógica de desenvolvimento das forças produtivas para saciar as necessidades humanas, mas a lógica de identificação e controle dos riscos.

Os riscos indicam um problema futuro que precisa ser evitado, um desastre programado para acontecer, mas que não se sabe ao certo quando. Na sociedade de risco, o passado deixa de determinar o presente e é o futuro inexistente que o faz. É o medo do que pode acontecer que une as pessoas e não mais carência material, segundo Beck (2011).

Outra novidade fundamental neste debate é o caráter universal que risco assume na contemporaneidade, que para o sociólogo alemão, supera as diferenças de classe. Ele argumenta que os riscos do atual estágio de desenvolvimento da modernidade não respeitam mais as fronteiras e os limites pré-existentes, socialmente construídos. Isto é, os limites entre os países, culturas, etnias e classes sociais são porosos - o sistema-mundo se sobrepõe aos limites instituídos pela humanidade.

Desse modo, o autor aponta que os riscos são para todos igualmente, são ubíquos e possuem um efeito, por ele chamado, de boomerangue: os riscos criados pela sociedade industrial de classes atingem essa mesma sociedade e atacam suas bases ou que os impactos causados pela classe dominante em algum momento atingirão esta classe.

Ponto importante levantado na obra é a distribuição de poluentes. Beck (2011) critica a análises de risco e de impacto ambiental centradas somente nas ciências

naturais, que repartem o problema para levantamento de dados quantificáveis, sem analisar o cenário social envolvido e sem destrinchar o que pode significar a média, por exemplo, como dado estatístico que oculta uma série de questões.

Levanta também o debate em que os riscos da modernização que conhecemos só são cognoscíveis a partir da ciência. Não temos condições, enquanto seres humanos, de discernir tais riscos com nossos sentidos, pois estes nos escapam. E a ciência é um discurso carregado de interesses e finalidades, de modo que os riscos por ela revelados podem ser minimizados ou exagerados, dependendo do efeito que se quer causar. Ou seja, a ciência também se limita quando enxerga como risco somente os elementos que são mensuráveis e quantificáveis. Do mesmo modo que a racionalidade social tem seus limites quando se aproxima da crítica aos riscos sem argumentos científicos.

Há também outro ponto importante levantado pelo autor em questão: os riscos podem ser legitimados por sua origem não desejada ou não planejada; também a carência material persistente justifica o avanço irrefletido da técnica; e o caráter sistêmico da sociedade e de seus impactos dificulta a identificação dos responsáveis pelos riscos

No entanto, ainda que pontue que sociedade de classes e sociedade de riscos se sobrepõe, dadas as circunstâncias vistas no terceiro mundo, o autor ignora a lógica produtiva do capitalismo e a preponderância da materialidade sobre as ideias. Um indivíduo moral e ético não é capaz de solucionar o problema ou deixar ele mesmo de ser causa. Só uma mudança drástica e estrutural pode realmente causar impacto, quer dizer, não basta que a sociedade compartilhe o medo, é preciso que a estrutura de reprodução social mude. Qualquer tentativa de moralizar as práticas para produzir mudanças pode no máximo mitigar temporariamente os riscos.

Além disso, o autor ignora a relação que há entre o que ocorre no que ele chama de terceiro mundo com as demandas e imposições do primeiro mundo. Seu ponto de vista é excessivamente europeu e não abre mão do que chama de civilização.

Alentejano e Tavares (2021) discorrem sobre os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs) enquanto formas capazes de induzir o desenvolvimento capitalista em certos locais ou regiões, especialmente. Ao fundo de sua crítica, os autores debatem algumas estratégias governamentais, que se utilizaram dos GPDs como estratégia de desenvolvimento e nesse ínterim, confrontam conceitos e visões acadêmicas distintas sobre o tema.

Os GPDs, para os atores, são tidos como atividades e empreendimentos de grandes dimensões, que demandam uma série de recursos e que impactam intensamente a dinâmica regional e local ao qual se inserem. Como exemplo, tem-se as mineradoras, monocultura e grandes obras de infraestrutura.

Os autores deixam claro o resultado de sua análise, qual seja: as estratégias de desenvolvimento local e regional com base em GPDs fracassaram. Tal constatação deve-se ao fato de que os GPDs são grandes objetos de importância multiescalar, mas que em sua existência concreta demandam e se confrontam com a escala local. De modo que “participam da produção do espaço como fixos que pretendem viabilizar fluxos e verticalidades que se confrontam e conformam com horizontalidades” (Alentejano e Tavares, 2021, p.52).

O catalisador do fracasso das estratégias de desenvolvimento centradas em GPDs são, para os autores, a incompatibilidade de tais empreendimentos com as demandas locais. E consequentemente, os projetos só se viabilizam apoiados em estratégias de convencimento/aceitação ou violência/imposição

Ainda assim, o debate promovido por Alentejano e Tavares (2021) culmina numa crítica certa: no mundo capitalista não há como os GPDs promoverem desenvolvimento social, contudo proporcionam um desenvolvimento que atende aos interesses da burguesia em detrimento de outros projetos de desenvolvimento.

E destacam como essa violência é maior na América do Sul, com foco no Brasil. Conforme trabalhado pelos autores, com uma burguesia interna, menos combativa e autônoma que o conceito de burguesia nacional implica, o Brasil se vê vilipendiado pelos GPDs, pois agora o Estado sugere o aprofundamento da inserção internacional, garantindo a rentabilidade de projetos privados - a força das verticalidades globais se intensifica sobre o país. E para além disso, o desenvolvimento de políticas públicas que mitigam os efeitos da exploração capitalista se erige sobre o extrativismo: é a exploração intensiva de commodities que visa garantir vagas lembranças de um estado de bem-estar social.

Bem denunciam os autores que tal dinâmica de acumulação multiplica as desigualdades sociais e ambientais, pois o capitalismo não distribui desigualmente somente a riqueza, mas também os dejetos e rejeitos da dinâmica produtiva - são as áreas mais afastadas do centro e os povos marginalizados que pagam o custo da destruição dos bens naturais. Os GPDs conferem recursos voluptuosos para infraestruturas que visam intensificar a exploração de todo e qualquer recursos

rentável e facilitar seu escoamento, isto é, os GPDs conferem recursos voluptuosos para promover o acúmulo privado do capital, enquanto os demais cidadãos custeiam tais projetos com a piora de sua qualidade de vida. E basta a primeira crise de acumulação, para ruir os projetos sociais financiados por essa exploração - como ocorreu em 2016 com o golpe que destituiu Dilma Rousseff da presidência da república.

Atualmente triunfa uma concepção utilitarista do território, onde tudo é visto como uma fronteira a ser explorada. Visando sempre a expansão do agronegócio, da mineração, petróleo e da renda, produz-se um legado de socialização dos danos ambientais e de imenso acúmulo privado das riquezas.

Citando David Harvey (1990), os autores afirmam que

a ideia de que o espaço é um atributo material de todos os valores de uso e, na medida em que a produção de mercadorias converte valores de uso, e na medida em que a produção de mercadorias converte valores de uso em valor de troca, o espaço também adquire valor social. Especial importância adquire então a circulação, uma vez que o capital se move como mercadoria, dinheiro ou processo de trabalho, com diferentes tempos de rotação (Alentejano; Tavares, 2021, p. 66)

Assim, diferenças geográficas, muitas vezes vistas como resíduos de um passado pré-capitalista, são na realidade criações e recriações da dinâmica capitalista que produz um desenvolvimento desigual.

A dinâmica da acumulação multiplica não somente as desigualdades espaciais, mas também as sociais e as ambientais, configurando profundas injustiças ambientais. Nesse sentido, o conceito de desigualdade ambiental tem sido sistematicamente utilizado por pesquisadores no Brasil e no mundo para analisar os processos atuais de desenvolvimento demonstrando que o capitalismo distribui desigualmente não apenas a riqueza, mas também os desejos e rejeitos resultantes da dinâmica produtiva contemporânea.

Dentro da perspectiva de grandes empreendimentos como a construção de barragens, há de se entender de acordo com a (Lei nº 12334/2010) alguns critérios para se classificar o dano potencial, categoria de risco que se enquadra cada empreendimento, as zonas que permitirão quantificar a periculosidade daquela localidade, considerando a possibilidade de rompimento parcial o total da barragem. E com isso também trará dentro de uma perspectiva da análise do relevo e da capacidade máxima acumulada de líquido ou sólido pela barragem, a área que a mesma pode inundar.

Contudo, a legislação brasileira quando trata das barragens e, de modo correlato, dos grandes empreendimentos, não leva em consideração a vida ou o ato de

viver em áreas de risco. O esforço legal é feito no sentido limitado de identificar e categorizar os riscos e seus danos potenciais associados (Lei nº 14066/2020), para que se possa a gerir os riscos, adotando medidas de prevenção, controle e mitigação dos mesmos.

Aqui não se trata de minimizar a necessidade de identificação e gestão dos riscos, nem mesmo de reforçar a necessidade de fiscalização sobre os grandes empreendimentos que geram risco, mas trata-se de perceber que o arcabouço legal não versa sobre a vida nas áreas de risco. Uma vez criado, o risco permanece vivo no imaginário da população local. Ainda que a crise nunca ocorra, o risco existe permanentemente e permeia objetivamente e subjetivamente todos os aspectos da vida. Isto é, independentemente da manifestação da crise, o risco, uma vez criado, permanece durante toda a operação dos empreendimentos e permeiam o cotidiano de quem vive em áreas de risco. Os impactos do risco ou os impactos da possibilidade de se viver uma crise não são abordados pela legislação, logo não são geridos e fiscalizados pelos órgãos públicos.

Spink (2018), aborda questões sobre risco e vulnerabilidade. Sua obra tem o objetivo de compreender a gestão do risco ambiental na percepção de pessoas em situações vulneráveis. Vulnerabilidade seria a características de uma comunidade, indivíduo, sistema ou bem público que os torna mais sucessíveis aos efeitos prejudiciais de um perigo, qualquer que seja. Segundo a autora, o conceito de vulnerabilidade integra três dimensões: a individual, a social e a programática. A dimensão individual da vulnerabilidade é a capacidade de acessar, processar e utilizar as informações para fins de prevenção. A dimensão social inclui a estrutura da sociedade, especialmente no que concerne às desigualdades, e a estrutura política do país em questão. Finalmente, a dimensão programática diz respeito à atuação das instituições no sentido de reproduzir condições sociais de desigualdade.

Já o risco é

definido, na literatura, como a possibilidade de que ações humanas e eventos naturais produzam consequências que gerem danos a coisas que são valorizadas pelos seres humanos. De forma resumida, a avaliação de riscos concerne à tomada de decisões a partir de consequências potenciais de certos eventos. A estimativa do risco depende da identificação dos desfechos, da estimativa de sua ocorrência e da magnitude desses possíveis resultados” (Spink, 2018, p.63)

Sobre o risco, a autora ressalta que se trata de uma questão moderna, pois surge da noção de gerenciamento de eventos futuros, logo, da capacidade técnica de prevê-los e de controlá-los. Portanto, a diferença da noção moderna de risco seria a

ressignificação da relação das pessoas com o futuro, domesticando-o e assim libertando as pessoas da mercê do destino. Prever eventos futuros e agir no sentido de gerenciar seus impactos são cerne do conceito de risco.

Nota-se que vulnerabilidade e risco são perpassados pelo conceito de perigo. O perigo é a manifestação dos eventos que produzem consequências as coisas que são valorizadas pelos seres humanos. Enquanto o evento não se manifesta numa situação de perigo, permanece o risco latente. E enquanto a probabilidade do evento de risco existe para todos os seres humanos, o perigo se manifesta de modo distinto dada as condições de vulnerabilidade específicas de cada sujeito, comunidade, sistema ou bem público. Isto é, grupos sociais percebem e sofrem os perigos de modo distinto, os grupos sociais em situação de vulnerabilidade são aqueles que sofrem mais intensamente os impactos do perigo.

Destaca-se também, além da objetividade dos conceitos de risco, perigo e vulnerabilidade, sua subjetividade. Pois o risco só é percebido quando o perigo futuro ameaça um bem valorizado pelos indivíduos humanos ou seus grupos. Desse modo, perceber o risco à vida e à saúde humanas não poder se embasar somente em valores econômicos e mensuráveis, uma vez que essa perspectiva ignora outros aspectos da vida, valorados pelas pessoas e significativos à experiência humana, mas que ainda não foram cooptados pela lógica da mercadoria capitalista.

O que ocorre, no entanto, é que o contexto geográfico em que o risco se manifesta é distinto, no mais das vezes, do contexto em que são tomadas as decisões sobre seu gerenciamento. Quer dizer que operam diferentes racionalidades e sentidos de vida: de um lado tem-se aquilo que é local, o lugar onde o sujeito vive a experiência humana do risco, de outro tem-se o centro de gestão, que atua numa escala superior, seja regional ou global, mas que é responsável por valorar o risco e o gerenciar a partir de outra lógica.

Além disso, a racionalidade alheia que gere o risco a partir de valores distintos dos sujeitos que o experienciam, também é, geralmente, a racionalidade que é responsável por gerar o risco. Na modernidade, como aponta Spink (2018), surge a capacidade de gerir a natureza para prever e amenizar os riscos, mas surge também, conforme pontua Alentejano e Tavares (2021), empreendimentos que geram riscos ao se instalarem, dadas as suas proporções, como barragens, usinas, grandes obras de engenharia, etc.. Tais empreendimentos são materializações das intencionalidades capitalistas, que valoram contextos distintos daqueles que são valorados localmente.

Há uma disparidade de poder entre quem está sujeito ao risco e quem escolhe criar o risco, entre quem vive a situação de risco e quem gerencia o risco. E a dimensão externa ao local é dotada de ferramentas políticas, econômicas, ideológicas e até mesmo, em alguns casos, militares para imporem sua racionalidade sobre o local. Viver em áreas de risco, em nossa sociedade, é uma dimensão distinta de gerir as áreas de risco. É o que teoriza o geógrafo Milton Santos (Santos, 2006; Santos, 2001), ao tratar de verticalidade e horizontalidade, ao afirmar a esquizofrenia do espaço, e ao traçar a relação entre o local e o global. É também a crítica feita por Spink (2018):

Na modernidade tardia, a ciência e a tecnologia geram tanto riscos reais como medo sobre riscos ainda desconhecidos, porém passíveis de cogitação à medida que as tecnologias desbravam novos territórios. Riscos devem ser avaliados porque decisões precisam ser tomadas: para financiamento de pesquisas, aprovação de novos produtos nas indústrias alimentícias e farmacêuticas, definição de diretivas sobre impactos ambientais e até para poder navegar pelas muitas opções de consumo no nível pessoal. A tensão entre o imperativo da análise de riscos e a desconstrução de relações de poder aí presentes são marcas registradas de sociedades globalizadas e altamente conectadas. Tal tensão tornou-se importante foco de reflexão em vários contextos disciplinares. (Spink, 2018, p.59)

As percepções de quem vive o risco: Quarto de Despejo e Condenados da Terra

Portanto, uma das formas de contribuir com o estudo do risco é abordá-lo a partir da complexidade de sua aceitação, percepção, gestão e vivências relacionadas à sua existência. É estudar o risco a partir dos sujeitos que vivem sob o mesmo, com suas especificidades e vulnerabilidades específicas, suas ontologias e racionalidades próprias, suas cosmovisões.

O livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, de Maria Carolina de Jesus, é um retrato da vida em uma área de risco. Jesus (2004), faz um diário simples e direto, mas capaz de revelar diversas nuances e questões da vida na favela. Seus relatos indicam as vulnerabilidades, os riscos e os perigos manifestos constantemente. Sua percepção de mundo revela a distância entre os agentes que criam o risco e os agentes que vivem o risco, como mencionamos anteriormente. Não há como discutir os riscos sem ter como ponto de partida a percepção, a valoração e a vivência dos mesmos a partir dos sujeitos que os experienciam, por isso essa obra literária é capaz de contribuir com o debate.

Em meados da década de 1950, Jesus (2004) escreveu sua vida na favela do Canindé, às margens do rio Tietê, na cidade de São Paulo. Nesse momento, São Paulo era o foco e o expoente das mudanças pelas quais passava o Brasil. Industrializando-se

tardiamente e rapidamente, a população brasileira se urbanizava, sob o governo de Getúlio Vargas, seguindo por Juscelino Kubitschek, após um breve período de presidentes que assumiram o governo com base na linha sucessória. O país se modernizava rapidamente e alterava profundamente as antigas relações sociais e forças produtivas em seu território.

A favela, nos países latinoamericanos surgiu no referido contexto. As cidades, por ação ou omissão, não comportaram o fluxo de pessoas que se centralizavam nos centros urbanos. A falta de infraestrutura e de políticas públicas capazes de atender as demandas dos imigrantes resultou em condições de saneamento básico, moradia, saúde, educação e alimentação precárias. Como muitas pessoas à época, Maria Carolina de Jesus buscou realizar-se em São Paulo, cidade que prometia emprego e qualidade de vida.

Nota-se que o ímpeto de migrar para uma cidade nova está além do contexto biográfico e pessoal, ele se insere num contexto de passagem de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrializada e de uma sociedade rural para uma sociedade urbana. Os entes que determinam e geram tais fluxos são externos às vontades dos indivíduos da classe trabalhadora, onde está Maria Carolina de Jesus. As determinações para modernizar o território brasileiro partem de ações dos governantes federais e estaduais, bem como das ações da burguesia nacional, submetida ao mercado externo. São as demandas da reprodução capitalista do espaço e da sociedade que causam tais movimentos. Logo, a racionalidade que conduziu as pessoas para as favelas dos grandes centros urbanos é a racionalidade capitalista, da mercadoria e da reprodução ampliada do capital. Os impactos das decisões tomadas para atingir tais objetivos estão além dos poderes dos indivíduos. Isto quer dizer que: o risco associados à vida na favela são gerados com base em demandas externas à favela.

Essa dinâmica já havia sido revelada por Engels (2010), ao analisar a sociedade industrial inglesa no século XIX. Sua descrição da cidade de Manchester e arredores é similar ao que relata Jesus (2004). A industrialização e urbanização, movendo o êxodo rural, a necessidade de um exército industrial de reserva e mercantilização da vida resultaram em espaços urbanos semelhantes à favela de Canindé. Com moradia precária, insalubridades generalizadas, risco constante de fome e doenças e pobreza extrema. E enquanto os operários ingleses e imigrantes sofriam as consequências

daquela urbanização, a classe dominante gerenciava os riscos de acordo com sua racionalidade capitalista.

Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores. (Jesus, 2004, p.35)

Maria Carolina de Jesus vivia, no período, uma situação de risco. Havia a possibilidade latente de que as ações humanas causasse dano às coisas que ela valorizava. Morte, fome, doença e violência são exemplos dos riscos vivenciados. Além disso, a autora do diário também estava em situação de vulnerabilidade, uma vez que haviam circunstâncias que a tornavam mais suscetível aos efeitos prejudiciais de situações de perigo. Maria Carolina de Jesus era uma mulher, negra, mãe solo de três filhos menores de idade, imigrante e favelada. Ela também estava desempregada à época do livro, trabalhando como catadora de resíduos sólidos para vendê-los à reciclagem, além de outros bicos esporádicos. Sua vida e a de seus filhos dependia diretamente de sua força de trabalho, a iminência da fome a ameaçava e ela fazia o que podia para gerenciar o perigo futuro e garantir que não faltasse o alimento diário e as mercadorias básicas para a vida. Por exemplo, no dia 15 de julho de 1955, Jesus (2004) descreve:

Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne, 1 quilo de toucinho 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se. (Jesus, 2004, p.9)

O dinheiro acabou-se no mesmo dia. O risco da fome no dia 15 de julho de 1955 estava minimamente gerenciado. Mas no horizonte, a fome seguia sendo um risco. Aqui, a fome ainda não tinha se manifestado como evento de perigo, como tragédia. Em outros dias, instituições como os Vicentinos ou a solidariedade local ajudavam a gerir o risco da fome antes que descambassem em crise. Contudo, no dia 16 de julho de 1955 já não havia pão no café da manhã, e Maria Carolina de Jesus saiu para trabalhar e evitar a fome por mais um dia. Não só sua fome, mas a de seus filhos. Trabalhava para alimentar quatro pessoas, sob o risco de ver ameaçada a existência daquilo que ela conferia valor. Enquanto isso, a classe social responsável pela existência da favela do Canindé, a partir de outra racionalidade e de outros valores, geria riscos outros, que não a fome, pois esta não a ameaçava. O único risco gerido pela classe dominante na favela do Canindé é o risco da ameaça à propriedade privada e o risco à reprodução ampliada do capital, conforme pontua Jesus (2004) ao relatar as prisões que ocorriam.

Destaca-se que o poder público só se faz presente no livro, em linhas gerais, na forma da polícia/sistema carcerário.

O risco latente, que perpassa toda a obra, é o risco da fome. A fome está sempre no horizonte, como possibilidade. Em sua vulnerabilidade, Carolina faz o que pode para gerenciar o risco que a assola todos os dias. Risco causado pela urbanização intensa e não planejada, pela falta de infraestrutura e políticas públicas. Suas vulnerabilidades são as de caráter social, trata-se de uma mulher negra, mãe solo, desempregada e favelada. O capitalismo demanda e gera dialeticamente essa miséria. É um projeto que segue uma racionalidade distante, mas que impacta o local: “Eu disse para os filhos que hoje nós não vamos comer. Eles ficaram tristes.” (Jesus, 2004, p.163); “Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?”. Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais.” (Jesus, 2004, p.34).

Para analisar a área de risco dialogamos também com Frantz Fanon (1968), um psiquiatra e filósofo político natural das Antilhas francesas da colônia francesa da Martinica, no Caribe, em sua obra: *Os Condenados da Terra*, que traz relatos da violência praticada a partir da colonização e seus efeitos, segundo Fanon (1968) são “devastadores, por exemplo, na saúde mental”. Este olhar é possível ser captado pelo fato que o autor era um expectador privilegiado, pois viveu na Argélia em solo africano, durante o processo de independência daquele país, entre os anos 1950 e 1960. Nesta perspectiva a violência colonial tem como objetivo garantir que os colonizados sejam pessoas subjugadas e invisibilizadas, pelo apagamento de suas tradições, culturas, língua, através da violência e o medo.

Na área de risco para além da fome, vamos destacar a consequência das violências físicas, podemos observar seus efeitos na saúde mental das pessoas que convivem diariamente nas áreas de riscos, em constante perigo, assim Fanon (1968, p. 213), “Hoje a guerra de libertação nacional que o povo argelino vem conduzindo há sete anos, porque é total no seio do terreno favorável ao aparecimento de transtornos mentais”.

Nesse sentido é possível relacionar que o viver em áreas de risco, seja ela de qualquer natureza, há de se causar profundas feridas emocionais e mentais. E a violência física, seja ela a fome, ou até mesmo a submissão a tratamentos hostis e indóceis, para além das condições nas quais vivem as pessoas em situação de vulnerabilidades e riscos, há um agravamento do problema, como afirma Fanon (1968,

p. 234), “colonização vitoriosa uma regular patologia mental produzida diretamente pela opressão”.

Ao analisar e apresentar o quadro clínico de uma série de pacientes, Fanon (1968), destaca o papel que o risco sempre latente, em vias de se realizar, tem na origem das doenças psicológicas:

Parece-nos que nos casos aqui apresentados, o acontecimento desencadeador é principalmente a atmosfera sangrenta, cruel, a generalização de práticas desumanas, a impressão pertinaz que têm os indivíduos de assistirem a um verdadeiro apocalipse (Fanon, 1968, p. 213).

Nota-se que a percepção dos indivíduos sobre a realidade do lugar em que se inserem tem destaque no estudo feito por Fanon (1968). A percepção que os indivíduos têm de estarem vivendo um apocalipse, ou seja, a percepção que os indivíduos têm sobre o fim do mundo e das coisas que valorizavam são a origem das doenças mentais. Tem-se, nesse cenário, o risco constante da manifestação da violência colonial, que, embora não tenha se mostrado física em alguns casos analisados, mostra-se como um horizonte de possibilidade a se realizar. No entanto, pontuamos que a violência colonial não se manifesta exclusivamente em atos violentos físicos; pontuamos que a violência está presente e se manifesta ao longo de toda ocupação estrangeira das mais diversas maneiras, ainda que, para os fins deste estudo, nos limitemos à percepção que os indivíduos analisados por Fanon (1968) têm do risco que os cercam e as consequência dessa percepção, que podem até ser vistas sob a ótica da crise, enquanto deflagração do risco.

Não cabe aqui a análise de cada um dos casos mencionados, mas a percepção que o autor tem das origens das patologias de seus pacientes, especialmente na série B, onde se reúne casos em que o acontecimento desencadeador das doenças é “a atmosfera de guerra total na Argélia” (Fanon, 1968, p. 230):

O caso número 2 da Série A é tipicamente uma psicose reacional, mas os casos 1, 2, 4 e 5 da Série: B admitem uma causalidade muito mais difusa, sem que se possa verdadeiramente falar de um acontecimento desencadeador particular (Fanon, 1968, p. 213)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto mais estudamos os problemas do nosso tempo, mais somos levados a entender que eles não podem ser compreendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e que são interdependentes, tornando impossível compreendê-los isoladamente.

A ciência geográfica busca fazer análise da complexidade, não se limitando à simplificações e reducionismos. Uma vez que o pensamento sistêmico pretende

superar o pensamento mecanicista e meramente analítico, o método e a filosofia de Capra (2006) endossam o método geográfico de Santos (2006).

Os grandes empreendimentos no espaço geográfico nos levam a pensar seus impactos na macroeconomia e no território. No entanto, deve-se pensar nas áreas de risco criadas ou catalisadas por esses empreendimentos, que atingem pessoas em diferentes situações de vulnerabilidades e as intensificam. Pensar o mundo sob a ótica de quem vive na área de risco é intrínseco à própria ideia de risco. Desse modo, um estudo crítico da geografia dos riscos deve ser capaz de empoderar e dar voz às pessoas, cujas vidas são oprimidas e suprimidas pelo discurso dominante, alheio ao risco realmente vivido.

O Brasil tem sido palco de construção de grandes obras, que somado a um precário processo de ocupação de áreas e planejamento ainda inadequado, tem exposto uma significativa parcela da população às diversas ameaças. Apesar da exigência de estudos e relatórios de impactos ambientais para licenciamento de projetos minerários, ou qualquer outro tipo de grande empreendimento, temos assistido a todos os tipos de riscos, perigo e crise decorrentes desse tipo de atividade, como foram os desastres criminosos de Mariana, em 2015, e Brumadinho, em 2019.

Para contrapor o discursos e a ideologia dominantes, que reforçam e defendem os interesses políticos e financeiros ligados aos grandes projetos de desenvolvimento, deve-se demarcar a ontologia das pessoas que se fazem presentes no lugar, espaço em que os riscos são vividos. Para além da visão de mundo neodesenvolvimentista e alheia ao lugar, existe a vida que se reproduz no espaço da cotidianidade.

Carolina Maria de Jesus e Franz Fanon nos apresentam uma percepção humana da vida nas áreas de risco geradas por grandes empreendimentos que não são meros objetos fixos no espaço, mas todo um contexto complexo: respectivamente, a urbanização no Brasil e a empresa colonial na Argélia. O espaço sobre os quais os relatos foram redigidos são complexos e só podem ser entendidos como o conjunto indissociável do sistema de objetos e do sistema de ações.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da geografia. In: GTAGRÁRIA – AGB – SEÇÕES RIO DE JANEIRO E NITERÓI. (org.). **Geografia dos Grandes Projetos de Desenvolvimento: reflexões a partir dos conflitos no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. p. 51-88.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade; tradução de Sebastião do Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 7-60

BRASIL. **Lei nº 12334**, de 20 de setembro de 2010. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000. . Brasília, DF, 21 set. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12334.htm. Acesso em: 04 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14066**, de 30 de setembro de 2020. Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração). . Brasília, DF, 01 out. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14066.htm. Acesso em: 04 abr. 2024.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 22-45.

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. **Resolução nº 143**, de 10 de julho de 2012. Estabelece critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo seu volume, em atendimento ao art. 7º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. . Brasília, DF, 04 set. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/deliberacoes-cnrh-1/resolucoes/resolucao_143.pdf. Acesso em: 04 abr. 2024.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HARVEY, David. **Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

JESUS, Maria Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SPINK, Mary Jane Paris. **Viver em Áreas de Risco**: reflexões sobre vulnerabilidades socioeconômicas. São Paulo: Educ: Terceiro Nome, 2018.